

CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

PROGRAMAÇÃO

Entidade organizadora: Conselho Nacional de Justiça

Apoio: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará

Formato: Presencial

Local: Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará

Data: 21 a 25/02 (segunda a sexta)

Horário: Turma A - 9h às 12h30; Turma B - 14h às 17h30

Coordenação técnica: Marina Lacerda e Silva (Supervisora Jurídica/UNODC) e Acássio Pereira de Souza (Consultor Estadual em Audiência de Custódia/UNODC)

Público-alvo: Membros da magistratura com atuação criminal

Objetivo: Oferecer aos membros da magistratura do TJCE curso atualizado sobre a audiência de custódia, com base nos avanços que garantiram a sua implementação em âmbito nacional, de forma sólida e cada vez mais qualificada. O curso propõe um percurso completo sobre os temas mais relevantes afetos à audiência de custódia, tais como controle do flagrante, tomada de decisão, proteção social, prevenção e combate à tortura, temas transversais (resoluções temáticas do Conselho Nacional de Justiça), e gestão e governança de dados.

| SÍNTESE DO CURSO | | |
|-------------------------|---|--|
| 21/02/2022 (segunda) | Abertura do evento (30 min) | Representantes: DMF/CNJ, Corregedoria Nacional/CNJ, TJCE, ESMEC |
| | Controle do flagrante na audiência de custódia (3h) | Nereu Giacomolli (PUCRS) |

| | | |
|--------------------------------|--|--|
| 22/02/2022 (terça) | Proteção social na audiência de custódia (3h30) | Ana Carolina Bartolamei Ramos (TJPR) |
| 23/02/2022 (quarta) | Tomada de decisão na audiência de custódia (3h30) | Lorena Alves Ocampos (TJDFT) |
| 24/02/2022 (quinta) | Temas transversais (3h30) | Melina Miranda (DMF) e Caroline Tassara (DPRJ/DMF) |
| 25/02/2022 (sexta) | Gestão e governança de dados na audiência de custódia (2h) | Vinícius Couto (UNODC/PNUD/ CNJ) |

DIA 21/02/2022

ABERTURA

Convidados: DMF/CNJ, Corregedoria Nacional/CNJ, TJCE, ESMEC

9h-9h30 | 14h-14h30 Abertura do evento. Apresentação. Finalidade, método e etapas do curso. Expansão e consolidação das audiências de custódia de 2015 até o presente.

CONTROLE DO FLAGRANTE NA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

Convidado: Nereu Giacomolli (PUCRS)

9h30-10h20 | 14h30-15h20 Regime jurídico das audiências de custódia. Convenções internacionais, resoluções do CNJ - destacadamente a Resolução CNJ n. 213/2015, e o regramento do Código de Processo Penal. ADPF 347. Natureza jurídica da prisão em flagrante. Apresentação da pessoa à autoridade policial. Autuação da prisão em flagrante e peças de informação. Apresentação ao juízo em até 24 horas após a prisão. Audiência de custódia qualificada.

Intervalo de 10 minutos

10h30-11h20 | 15h30-16h20 Garantias ligadas à realização da audiência de custódia. Exame de corpo de delito ou exame médico cautelar prévio. Saneamento de irregularidades nos autos de prisão em flagrante. Entrevista da pessoa custodiada e oitiva de relato de tortura ou maus tratos (Protocolo II da Resolução CNJ n. 213/2015). Coleta de indícios de tortura. Avaliação dos registros e informações complementares. Participação do Ministério Público e da defesa na entrevista. Práticas promissoras.

11h20-12h10 | 16h20-17h10 Controle de regularidade e legalidade do flagrante (aspectos administrativos, legais, supralegais e constitucionais). Relaxamento da prisão em flagrante.

12h10-12h30 | 17h10-17h30 Consolidação dos principais aprendizados.

DIA 22/02/2022

PROTEÇÃO SOCIAL NA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

Convidada: Juíza Ana Carolina Bartolamei Ramos (TJPR)

9h-10h | 14h-15h Público do serviço. O papel da proteção social na audiência de custódia. Base legal e infralegal. O poder-dever dos juízes na tutela de direitos transindividuais na audiência de custódia. Atendimento social prévio à audiência de custódia. Escuta qualificada e marcadores de vulnerabilidade: racismo estrutural; questões de gênero, violência institucional e interpessoal (Resolução CNJ n. 348/2020); viver em situação de rua (Resolução CNJ n. 425/2021); uso de álcool e outras drogas; saúde mental; situação de migração (Resolução CNJ n. 405/2021); mães, pais e responsáveis por menores de 12 anos e portadores de doenças crônicas (Resolução CNJ n. 369/2021); população indígena; pessoas com deficiência. Atendimento social posterior.

Intervalo de 15 minutos

10h15-11h20 | 15h15-16h20 Encaminhamentos a serem feitos pelos juízes nos casos de: liberdade provisória sem medidas cautelares; liberdade provisória com medidas cautelares; e prisão domiciliar (Resolução CNJ n. 288/2019). Mapeamento das redes de proteção social locais. Atribuições e limitações do Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada ou similar. Estrutura, equipe e organização do Serviço, incluindo articulação com demais serviços a serem ofertados no âmbito da AC, organização da agenda e provisão de insumos emergenciais. Central Integrada de Alternativas Penais ou similar, fluxos de encaminhamento a partir do Serviço APEC e acompanhamento de medidas cautelares.

11h20-12h10 | 16h20-17h10 Fundamentos da monitoração eletrônica no Brasil e no mundo; modalidades para aplicação da monitoração eletrônica. Adequação às condições pessoais e sociais da pessoa monitorada; Tratamento de incidentes. Monitoração eletrônica e sua excepcionalidade. Incompatibilidade da monitoração com outras medidas restritivas. Integração e diferenciação entre os serviços penais.

12h10-12h30 | 17h10-17h30 Consolidação dos principais aprendizados.

DIA 23/02/2022

TOMADA DE DECISÃO NA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

Convidada: Juíza Lorena Alves Ocampos (TJDFT)

9h-10h | 14h-15h Enquadramento da conduta material atribuída à pessoa custodiada. Reconhecimento de atipicidade material ou excludente de ilicitude. Necessidade, requisitos e adequação para a imposição de medidas cautelares alternativas à prisão. Medidas cautelares em espécie. Tipicidade das medidas cautelares. Adequação e cumulatividade das medidas cautelares. Fiança e jurisprudência.

Intervalo de 15 minutos

10h15-11h20 | 15h15-16h20 Insuficiência ou determinação legal para imposição de prisão preventiva. Requisitos da prisão preventiva. Prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado. Receio de perigo e existência concreta de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a prisão preventiva. Interpretação, no caso concreto, dos institutos da ordem pública, da ordem econômica e da conveniência. Quebra de cautelares impostas anteriormente. Tipicidade e rol exaustivo de hipótese para prisão preventiva. Fundamentação da prisão preventiva. Substituição pela prisão domiciliar. Jurisprudência sobre a prisão domiciliar.

11h20-12h10 | 16h20-17h10 Audiência de custódia para mandado de prisão. Universalidade da apresentação. Decisão liminar na RCL n. 29.303.

12h10-12h30 | 17h10-17h30 Consolidação dos principais aprendizados.

DIA 24/02/2022

TEMAS TRANSVERSAIS NA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

Convidadas: Melina Machado Miranda (Assessora do DMF/CNJ) e Defensora Pública Caroline Xavier Tassara (DPRJ/DMF/CNJ)

09h-09h40 | 14h-14h40 Condições pessoais da pessoa custodiada, tais como alimentação, vestuário e saúde. Discriminação intersetorial. Tutela de direitos transindividuais e individuais de grupos vulneráveis no contexto da audiência de custódia. Resoluções temáticas do Conselho Nacional de Justiça.

09h40-10h30 | 14h40-15h30 Violência de gênero institucional e interpessoal. Regime jurídico da violência doméstica contra a mulher. Acolhimento, escuta e desenho de fluxo de encaminhamento da vítima de violência doméstica para a rede de atenção. Juízos especializados ou exclusivos para o processamento de casos de violência doméstica. Formulário Frida. Fluxo de responsabilização: quebra de liberdades provisórias anteriormente concedidas e reiteração da violência; novas medidas protetivas; liberdade provisória ou prisão preventiva, nos casos específicos de violência doméstica; adequação das medidas cautelares às medidas protetivas; grupos reflexivos para agressores.

Intervalo de 15 minutos

10h45-11h20 | 15h45-16h20 Audiência de custódia presencial e audiência de custódia por videoconferência. Regramento do art. 19 da Resolução CNJ n. 329/2020 e suas condições suspensivas cumulativas. Excepcionalidade fundamentada do uso de algemas, antes, durante e após a audiência de custódia. Presença do agente de segurança e protocolo de uso da força.

11h20-12h10 | 16h20 - 17h10 Protocolo de Istambul. Resolução CNJ n. 414/2021. Regime jurídico do poder-dever de encaminhamento, pelo juízo, dos relatos de tortura, para apuração: ao Ministério Público; à autoridade corregedora da polícia. Acompanhamento posterior dos relatos de tortura por órgãos judiciais e administrativos e a efetividade dos encaminhamentos. Expedição tempestiva de alvará de soltura ou de mandado de prisão.

12h10-12h30 | 17h10-17h30 Consolidação dos principais aprendizados.



DIA 25/02/2022

GESTÃO E GOVERNANÇA DE DADOS NA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

Convidado: Vinícius Couto (Supervisor em Dados e Informações - UNODC/Programa Fazendo Justiça)

10h-12h | 14h-16h O Sistema de Audiências de Custódia (SISTAC). Histórico de implementação. Interoperabilidade com outros sistemas. Importância para políticas judiciais embasadas em dados. Relatórios estatísticos. Registro do controle da legalidade das prisões, da atuação do Judiciário e da atividade da polícia. Dados em comparação com a Plataforma de análise de Autos de Prisão em Flagrante. Alimentação adequada do SISTAC. Mudanças de novos campos de preenchimento. Documentos técnicos disponibilizados. Contato para problemas.

Materiais do Conselho Nacional de Justiça sobre audiência de custódia

1. Página eletrônica do Conselho Nacional de Justiça com as publicações do Programa:
<https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/publicacoes-e-relatorios/>
2. Manual sobre Tomada de Decisão na Audiência de Custódia - Parâmetros Gerais:
https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/11/manual_juridico_1-web.pdf
3. Manual sobre Tomada de Decisão na Audiência de Custódia - Parâmetros para Crimes e Perfis Específicos:
https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/11/manual_juridico_2-web.pdf
4. Manual de Proteção Social na Audiência de Custódia - Parâmetros para o Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada:
https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/11/manual_de_protecao_social-web.pdf
5. Manual de Prevenção e Combate à Tortura e Maus-tratos para Audiência de Custódia:
https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/11/manual_de_tortura-web.pdf
6. Manual sobre Algemas e Outros Instrumentos de Contenção em Audiências Judiciais - Orientações práticas para implementação da Súmula Vinculante nº 11 do STF pela magistratura e Tribunais:
https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/11/Manual_de_algemas-web.pdf
7. Dados Gerais Sobre A Prisão em Flagrante Durante a Pandemia de Covid-19:
<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/caderno1-dadosgerais-prisao-flagrante-durante-pandemia-covid-19.pdf>
8. Manual De Arquitetura Judiciária Para A Audiência De Custódia:
<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/11/manual-arquitetura-2021-11-11.pdf>
9. Audiência de custódia contra tortura e maus-tratos:
https://www.youtube.com/watch?v=AmClzjYv1fM&ab_channel=ConselhoNacionaldeJusti%C3%A7a%28CNJ%29
10. Audiências de custódia: linha do Tempo:
https://www.youtube.com/watch?v=k14B34v_AyE&ab_channel=ConselhoNacionaldeJusti%C3%A7a%28CNJ%29

11. Audiências de custódia e resultados com o programa Fazendo Justiça:
https://www.youtube.com/watch?v=6KZR0ExRXYA&ab_channel=ConselhoNacionaldeJusti%C3%A7a%28CNJ%29
12. Audiências de custódia: passado e presente:
https://www.youtube.com/watch?v=_zg6bTYihmo&ab_channel=ConselhoNacionaldeJusti%C3%A7a%28CNJ%29
13. Seis anos de audiências de custódia:
https://www.youtube.com/watch?v=mYr7PbvKgPM&ab_channel=ConselhoNacionaldeJusti%C3%A7a%28CNJ%29
14. Audiência de Custódia: Informações importantes para a pessoa presa e familiares:
<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/audiencia-de-custodia-info-pessoa-presa.pdf>
15. Covid-19: Análise do Auto de Prisão em Flagrante e Ações Institucionais Preventivas:
<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/12/caderno2-covid-19-analise-do-auto-prisao-flagrantel012.pdf>
16. Relatório - Audiência De Custódia 6 Anos:
<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/relatorio-6-anos-audiencia-custodia.pdf>